

A PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NA CONSTRUÇÃO DO COTIDIANO ESCOLAR

Leila Cristina da C. S. Almeida –Mestranda do
programa de Psicologia Social- UFPA

Giane Silva Santos Souza –Mestranda do
programa de Psicologia Social- UFPA

Neste trabalho discutimos o processo de autonomia intelectual e psicossocial do jovem, enquanto aluno do Ensino Médio, como consequência de sua participação na construção do cotidiano escolar. Analisar a participação como desencadeadora de processos de desenvolvimento psicossocial é confirmar a relação do jovem com a escola na condição de sujeito do conhecimento. Dessa forma, a relevância do tema investigado neste trabalho se dá pela existência de recorrentes problemas quanto à frequência e conclusão dos jovens no ensino médio, e, pela existência das várias literaturas que abordam processos de emancipação desencadeados por processos de participação social. Nessa pesquisa também se constata que o fenômeno da violência, nos últimos tempos, tem merecido maior atenção por parte das ciências, como: a psicologia, a sociologia, a antropologia, dentre outras, talvez por seus desdobramentos estarem mais evidentes na educação, na família ou nos diversos grupos sociais ou talvez pela busca de novos significados para a vida em sociedade. Contudo, teóricos como Hannah Arendt, Michel Foucault, Michael Maffesoli, Zigmunt Bauman estudam a violência baseados em investigações filosóficas a fim de questioná-la como categoria de regulação da condição humana ou como problema social a ser superado. Para tal, o objetivo proposto neste trabalho é discutir, a partir dos autores citados, os “processos de participação” dos jovens na Escola e, analisar a ausência desses processos, como desencadeador de processos de violência. Através da entrevista semi-estruturada com abordagem qualitativa, foram entrevistados alunos na faixa etária de 15 a 18 anos da Escola Estadual Gov. Alexandre Zacharias de Assumpção, no bairro do Guamá, periferia da cidade de Belém–Pa. Por meio desta metodologia, foi analisada a importância da participação para os processos de autorregulação do aluno, nos quais se estruturam as possibilidades de novos significados para suas relações interpessoais. Através do contato com regras sociais, pelo estabelecimento de vínculos sociais e pela participação e engajamento na vida da comunidade o homem passa a desenvolver-se de maneira real

e potencial. A partir dessa proposição, o jovem pode ser compreendido, na sua relação com o conhecimento, enquanto sujeito contextualizado e ativo na sociedade da qual faz parte. Assim, ao ser considerado cultural, o homem está sujeito a processos de subjetivação que são constituídos individual e coletivamente, que se dá através de interseções e conexões constantes com a realidade social. Na escola, nesta época de globalização, muito se tem falado em ‘gestão participativa’ nas empresas e instituições como reconhecimento das diversas partes que compõem uma comunidade, com o objetivo de garantir o envolvimento de todos nas tomadas de decisões que afetam interesses comuns. Entretanto, em nome de uma atualização de conceitos na prática administrativa das escolas e em nome de constatações quantitativas (ao se verificar o número de eventos, por exemplo), a “participação” pode mascarar práticas reprodutoras e autoritárias. Fato que ocorre todas as vezes que, por se ter delegado poder, deixa-se o outro responder sozinho por atos administrativos ou educacionais; ou quando se convida à participação apenas como presença física em reuniões, conselhos, assembleias de votação para tomar ciência e testemunhar o que foi decidido. Ressaltamos, que a participação não é algo impositivo, ela é uma necessidade intrínseca das relações humanas. Ao ser induzida a acontecer, ela deixa de ser participação por não haver vontade deliberada do próprio sujeito e nem emanar de sua vontade de representação. Tal ação leva a conseqüências sérias para o processo de qualidade nas relações *inter* e *intra* pessoais nas instituições. Além de manipulados, os atores sociais (jovens, pais, professores, etc) não intervêm como sujeitos ativos do processo e são subestimados em suas capacidades de reflexão, criatividade e experiência. A “pseudo-participação” torna-se um grande impeditivo de mudanças pessoais e coletivas, de acordos e negociações que qualificam e ressignificam as relações sociais. A participação, pelo contrário, além de formalizar processos de diálogos apropriando-se das diversidades entre interesses e ideias, não gera consensos o tempo todo, mas discute e pactua sem deixar de reconhecer a estrutura hierárquica existente. Através da fundamentação de processos que construam ações solidárias entre os seres humanos, a paz deixa de ser somente um fim a ser buscado e passa também a ser o meio para o desenvolvimento histórico-cultural da humanidade. Passa a ser, portanto, um princípio ético universal. Para Hanna Arendt, o poder nas relações é uma forma legítima de se fazer representado. Contudo, ele não pode ser confundido com autoridade imposta. Nele é preservada a diversidade do ser humano e os mais variados interesses de uma comunidade. A partir dele, o ser humano se sente representado livremente e transfere poderes através de acordos e negociações.

Neste sentido, falar em gestão democrática é compreender que as relações de poder do cotidiano, que se alimentam de reflexões heterogêneas, são possibilidades de agir em conjunto. Por conseguinte, significa internalizar a premissa de que toda comunidade educativa precisa construir acordos que nasçam de questionamentos e pensamentos diferentes e sobre eles se mantenham. Contudo, cada membro representado, opta em ceder alguns interesses e pactua sobre o que é melhor para todos. Tal afirmação demonstra a transitoriedade do pacto que, para continuar sendo legítimo, tem que ser submetido a questionamentos constantes que garantam a representatividade do grupo. Assim, a escola representa também os seus alunos, além de representar os professores, a direção e a comunidade. Logo, é imprescindível que se estabeleça uma relação de escuta e diálogo entre todos; que se perceba a presença uns dos outros. Portanto, como não há processo de ensino e aprendizagem concebidos separadamente, não pode haver intervenção eficaz e profunda na realidade da escola no ensino médio sem levar em conta as subjetivações do jovem acerca dessa realidade. Dessa forma, a participação defendida é aquela na qual o jovem se sinta incluído e representado; na qual interaja com situações desafiadoras que desenvolvam a sua capacidade de negociação. Aliás, a participação é um exercício humanizante das relações interpessoais na escola e que, tornada uma *práxis*, possivelmente repercutirá também na vida do jovem fora da escola. Quantas vezes a própria escola na pessoa dos professores, da direção e dos funcionários já se perguntou: qual a minha responsabilidade na construção de possibilidades da autonomia intelectual, social e política do jovem? Reunir para nomear e medicalizar um problema sem questionar-se sobre o que a escola produz no seu cotidiano, também é um problema. Estas são pseudo-soluções que apenas acentuam exclusões e que fazem a escola cair na reprodução de estigmas e no descompromisso com a mudança da realidade social de tantos jovens. A reflexão que se faz sobre educação hoje está fundada numa filosofia contemporânea acerca do homem. Isto implica dizer que nos problemas sentidos na escola não cabe mais responsabilizar a família ou os fatores genéticos sem também incluir a própria escola como passível de instrumentalizar e objetivar o jovem. Por ser própria da condição humana, a relação de poder no cotidiano deve ser vista como uma possibilidade de agir em conjunto. Dessa forma, a escola é uma das agências de mediação e não pode eximir-se da responsabilidade de dar condições de emancipação ao sujeito, ao invés de primeiro responsabilizar outras agências mediadoras. Por fim, a relação da escola com a juventude precisa ser de confiança e relações horizontais para que haja, de fato, um encontro e uma acolhida que

legitimem qualquer esforço desta, por uma participação efetiva que oportunize potentes espaços de criação, de autonomia e de exercício político. Assim, a abertura e as oportunidades geradas pela organização do contexto escolar são também responsáveis pela construção de formas de subjetividades e identidades no jovem. Logo, sendo garantido ao aluno a coparticipação e o protagonismo na dinâmica da vida escolar, demandas recorrentes como a violência podem ter outras mediações. Portanto, a partir do reconhecimento das potencialidades do jovem e do “clima” inclusivo oportunizado pela escola, este, numa perspectiva histórico-dialética, poderá intervir e transformar o seu meio social e a si mesmo.

Palavras chaves: Juventude, participação, contexto escolar.